



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638613 - RJ (2021/0001394-9)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ROSANE MARIA REIS LAVIGNE - RJ037188
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : YAGO RODRIGUES SENA BRAGA (PRESO)
PACIENTE : LOELSO DOUGLAS LIMA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por YAGO RODRIGUES SENA BRAGA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0094718-11.2016.8.19.0038).

Os pacientes foram condenados à pena de 8 anos, 9 meses e 18 dias de reclusão no regime inicial fechado, e a pena pecuniária pela prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

A impetrante sustenta que "o acórdão recorrido, ao manter a condenação dos Pacientes com base exclusivamente no reconhecimento fotográfico não corroborado por outros elementos probatórios, violou a garantia fundamental à presunção de inocência prevista no art. 5.º, LVII, da Constituição da República" (fl. 11).

Requer, liminarmente, que os pacientes aguardem em liberdade o julgamento do presente *habeas corpus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para absolver os pacientes.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A verificação da negativa de autoria demanda reexame de fatos e provas, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*. Deve a questão ser dirimida no trâmite da instrução criminal. Confira-se precedente sobre a matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO.

EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. TEMA NÃO ALISADO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIA INADEQUADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A tese de negativa de autoria exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do habeas corpus.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 580.801/BA, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 21/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente